

O direito de indicar o candidato

Pode ter sido até por razão interna do PFL, como de fato foi, que o senador Jorge Bornhausen lançou Armínio Fraga à sucessão presidencial de 2002 no caso previsível de gorar uma candidatura própria do partido. Mas não foi por brincadeira e muito menos para jogar o presidente do Banco Central aos leões.

Bornhausen acha mesmo que Armínio é um nome forte, o melhor de todos os que estão aí postos, pois alia as qualidades intrínsecas para o cargo ao fato importante de não estar filiado a nenhum partido, o que, segundo o senador, só aumenta suas possibilidades.

Se é para construir uma candidatura da aliança, onde ninguém tem votos suficientes de antemão — nem os políticos militantes — e não há candidato natural ao cargo, como foi Fernando Henrique Cardoso em 94, então está aí um novo nome, sem arestas ou conflitos, fiador de um projeto que toda esta ala do centro à direita já aprovava e quer levar adiante.

Curioso é que tanto Bornhausen quanto Armínio passaram o dia ontem respondendo a mensagens eletrônicas e atendendo a telefonemas, um sinal de que o gesto pegou a todos de surpresa. Os dois não haviam se falado até o meio da tarde mas Bornhausen estivera, por telefone, com o presidente Fernando Henrique, e combinaram conversar melhor em Florianópolis, onde passarão pelo menos dois dias juntos em reunião do Mercosul. Não há porque excluir Armínio desta relação exploratória de candidatos, ao contrário. Ele reúne, segundo Bornhausen, qualidades mais adequadas que o tão citado Pedro Malan, já desgastado por seis anos de governo.

A razão pela qual o presidente do PFL decidiu fazer agora o que previa para março, depois da escolha dos novos presidentes da Câmara e do Senado, foi a decisão de abrir uma guerra, sim, mas a guerra do equilíbrio.

Bornhausen abriu a guerra do equilíbrio

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, líder de uma facção do PFL, encontra-se em estado de onisciência incontável, como nunca se viu na longa vida desta aliança de cinco partidos que apóia o governo.

Por motivação pessoal, deu-se o direito de escolher o candidato do PMDB à presidência do Senado, o candidato do PSDB à Presidência da República, exigir do PFL cumplicidade total com seu projeto político de futuro.

Voltou-se agora contra o presidente da República, a quem empurrou à parede diante da mídia internacional, denunciando-o por tolerância com a corrupção e acusando-o de pagar — explicou: custo político e financeiro — para manter a aliança.

É a versão aliada, embora mais dura, para o conceito "FHC não rouba mas deixa roubar", emitido por Ciro Gomes. Por vir da oposição, o que disse Ciro não provocou a metade da indignação que se viu ontem no governo. ACM não citou outros casos além dos que estão sob investigação. Como tem, de sua confiança e por sua indicação, dois ministros, presidentes de estatais e dezenas de titulares de cargos federais, criou a impressão de que sabia mais do que disse, deixando o governo todo sob suspeita, inclusive os seus.

Sem falar que ao denunciar a compra da aliança, estando nela, tem significado de papel passado, principalmente a ouvidos estrangeiros mais acostumados à coerência das palavras.

Com estes impulsos, o presidente do Senado dividiu o PMDB e o PSDB, apunhalou o presidente e acionou a chave que acirra a divisão do PFL. O grupo majoritário do partido alinhado a Bornhausen já estava achando que, a qualquer momento, receberia a notícia de que ACM indicara, de sua facção do PFL, o vice do Tasso. O ministério ele começou a nomear anteontem mesmo, pois colocado diante do lançamento de Armínio para candidato a presidente, considerou-o um bom nome, mas para ministro da Fazenda de Tasso.

O presidente do partido resolveu agir mais firmemente. Para informar a quem interessar possa que não se negocia com pratos feitos e decisões tomadas, que ACM não está falando pelo PFL e que tem direito a também escolher o candidato. Aliás, está nisso — a escolha dos candidatos — a essência de todas as crises políticas do momento.

Verônica 13/12/2000